

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Madeira,
Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados,

Cumpre-me hoje, em nome do Governo Regional, apresentar a Conta da Região referente ao ano de 2015, que é também a primeira Conta do XII Governo Regional.

Sendo este um documento basilar de prestação de contas à sociedade em geral, e em particular ao Parlamento, a Conta de 2015 espelha, de forma inequívoca, o nosso compromisso com a transparência e com a fiabilidade da informação financeira, para que assim todos os contribuintes saibam, com rigor, para onde foram canalizados os impostos que tiveram de pagar.

O próprio parecer do Tribunal de Contas constata, de forma categórica, uma evolução positiva na prestação de contas, fazendo um juízo globalmente positivo à Conta da Região, a exemplo, aliás, do que já tinha feito relativamente à Conta de 2014.

Prova disso mesmo é o facto de, pela primeira vez, a apreciação da Conta da Região não ter suscitado ao Tribunal de Contas a emissão de qualquer nova recomendação.

Merece igualmente registo o facto de esta Conta ter sido aprovada pelo Governo Regional com 6 meses de antecedência face ao prazo legal limite previsto na Lei, circunstância que possibilitou que o Tribunal de Contas tivesse emitido o seu parecer sobre a mesma ainda em 2016.

Ainda no que se refere às recomendações do Tribunal de Contas, importa salientar que em 2015 foram acatadas 2 dessas recomendações, tendo ficado por acolher outras 6, uma das quais, entretanto cumprida, com a publicação, já no corrente ano, do diploma que regulamenta as alterações orçamentais.

Muito resumidamente, das 2 recomendações acolhidas em 2015, uma refere-se à agregação da programação financeira dos investimentos por concelho e a outra diz respeito à articulação do PIDDAR com o Plano de Desenvolvimento económico e social (PDES).

O Tribunal de Contas sublinha ainda a publicitação (que foi feita) da Conta no sítio da Secretaria Regional das Finanças na Internet.

Naturalmente que existirão sempre situações a corrigir e a aperfeiçoar, sendo que as recomendações que ainda não foram acolhidas constituem para o Governo Regional um incentivo à constante melhoria da apresentação das contas públicas, embora algumas delas, como é o caso da consolidação das contas, não dependa da vontade ou sequer da iniciativa do Governo Regional.

Posso garantir, contudo, o nosso total empenho na melhoria do processo orçamental e da prestação de contas a esta Assembleia e à população.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Naquele que foi o nosso primeiro ano de governação, tanto a execução das receitas como das despesas confirma que cumprimos os compromissos orçamentais com que nos vinculámos para 2015, o que permitiu **reforçar a nossa autonomia financeira**.

Os dados confirmam que a Região prosseguiu com a sustentabilidade das finanças públicas e com a recuperação da credibilidade junto dos agentes económicos, o que veio reforçar os alicerces para prosseguirmos com as medidas tendentes à melhoria das condições de vida dos Madeirenses e Portossantenses.

O montante global de **receita** arrecadado em 2015 foi de 2,1 mil milhões de euros, sendo que 1,2 mil milhões de euros corresponde a receita efetiva [isto é, a receita global deduzida dos empréstimos obtidos, dos ativos financeiros e do saldo da gerência anterior], representando um acréscimo de 0,6% em relação ao ano anterior.

A receita fiscal registou um desempenho positivo, tendo atingido os 886,8 milhões de euros, sendo de destacar, pela sua importância, que cerca de 17% desta receita – o equivalente a 151 milhões de euros - teve origem no universo de empresas do Centro Internacional de Negócios da Madeira, **no que deve constituir um sinal de reflexão para os Partidos que nesta Assembleia defendem – muitas vezes encapotadamente – o fim da Zona Franca da Madeira.**

Dentro da receita fiscal, é de salientar o aumento da receita do IRC na ordem dos 36,4 milhões de euros, exatamente devido ao contributo das empresas da ZFM, que mais do que compensou a redução da receita do IRS, que diminuiu 26,3 milhões de euros face a 2014 [o que significa que em 2015 a generalidade das famílias já viu diminuída a sua fatura com impostos].

As transferências do Orçamento do Estado para a Região ascenderam a 215,6 milhões de euros, apresentando um aumento de 24,1% face ao ano anterior – mais 41,9 milhões de euros em termos absolutos –, em virtude do início da transferência do Fundo de Coesão Nacional.

Não obstante o aumento registado, permanece claro que o contributo do Estado para o Orçamento da Região é manifestamente reduzido, ao contrário do que é, muitas vezes, percecionado pelos menos atentos.

A **despesa**, por seu turno, ascendeu a cerca de 2 mil milhões de euros, correspondente a uma taxa de execução de 91%, superando em 6 pontos percentuais o nível de execução registado no ano anterior, tendo a despesa efetiva, por seu lado, atingido os 1,38 mil milhões de euros.

Como bem sublinha o Tribunal de Contas, foram despendidos 833,5 milhões de euros nas áreas sociais, o equivalente a 42% do total da despesa realizada em 2015.

Dentro das áreas sociais, as intervenções na Saúde e na Educação absorveram, no seu conjunto, 36,4% do total da despesa, no valor de 726 milhões de euros, **dos quais 394,3 milhões de euros para a Saúde e 331,7 milhões de euros para a Educação.**

A execução orçamental de 2015 permitiu-nos **reduzir a dívida comercial** em 196,8 milhões de euros, a qual passou dos 1.043 milhões de euros no final de 2014 para os 846,5 milhões de euros no final de 2015; uma redução de 18,9%.

Ainda mais significativa foi a evolução dos **pagamentos em atraso** – valores em dívida há mais de 90 dias –, os quais diminuíram 312 milhões de euros, passando dos 431 milhões de euros no início do ano para os 118,6 milhões de euros no final do ano.

A **dívida global** da Região – incluindo todo o setor empresarial – diminuiu 365 milhões de euros em 2015, tendo-se fixado nos 5.791 milhões de euros no final do ano [6.156 milhões de euros no final de 2014].

Todos estes resultados contribuíram decisivamente para que a Região tivesse merecido a confiança das instituições de crédito, que permitiu que ainda em 2015 tivéssemos assegurado todas as necessidades de financiamento para 2016, no valor de 185 milhões de euros.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores deputados,

As principais conclusões (do Tribunal de Contas) sobre a Conta da Região de 2015 mostram-nos resultados muito importantes para o nosso futuro coletivo.

Desde logo, resultados importantes em termos financeiros porque demonstram que temos as contas em ordem e os desequilíbrios corrigidos.

Importantes também em termos políticos, porque renovam e reforçam a credibilidade da nossa Região e a nossa autonomia.

E, sobretudo, importantes em termos económicos e sociais porque estamos a criar bases sólidas para elevarmos o nível de vida na nossa Região.

Muito obrigado.

O Secretário Regional das Finanças e da Administração Pública, 18 de maio de 2015